

MULHERES NA MARCHA DA COLUNA PRESTES: HISTÓRIAS QUE NÃO NOS CONTARAM

*Maria Meire Carvalho**

Resumo: Neste artigo apresento a participação das mulheres na marcha da Coluna Prestes, movimento que percorreu 25.000 km pelos sertões do Brasil, entre os anos de 1925 a 1927. Trago como objeto de estudo as memórias e representações dadas às vivandeiras. Para tanto, busco evidenciar os construtos veiculados em diferentes discursos sobre a presença e ação das mulheres nessa marcha. Num esforço de desnaturalização estive, particularmente, atenta aos indícios que me possibilitaram questionar o que se apresentava como dado natural sobre a atuação e significação das mulheres em movimentos armados. Falar sobre essas mulheres implica produzir outras visões/leituras do mundo social, desatreladas da perspectiva sexista naturalizada como padrão e presente na produção do conhecimento histórico. Portanto, procurei também escrever uma parte da história que os livros não nos contaram.

Palavras-chave: Coluna Prestes; Memória; Representações; Vivandeiras.

* Doutora em História, professora da Universidade Federal de Goiás/Regional Cidade de Goiás (UFG), Cidade de Goiás, GO, Brasil.
E-mail: meire.ufg.goiias@gmail.com

WOMEN IN THE COLUNA PRESTES PARADE: HISTORIES WE HAVE NOT BEEN TOLD

Abstract: This article is a presentation about women's participation in the Coluna Prestes Parade. It covered 25.000 km throughout the Brazilian backlands, between 1925 and 1927. The memories and meanings given to *vivandières* (canteen women) are the objects of study. This paper emphasizes the constructs mentioned in different discourses about women's presence and activity in this parade. In a denaturalization effort, it particularly focuses on clues that enable to question the evidence presented as a natural fact about the doings and meanings of women's experiences in armed conflicts. Talking about these women implies in producing distinct views and interpretations of the social world, free from the sexist perspective that is naturalized as a pattern and is always present in the historical production of knowledge. Therefore, this paper also reveals part of the history that books failed to tell us.

Keywords: Coluna Prestes; Memories; Meanings; Canteen Women.

MUJERES EN LA MARCHA DE LA COLUMNA PRESTES: HISTORIAS QUE NO NOS CONTARON

Resumen: En este artículo se presenta la participación de las mujeres en la marcha de la Columna Prestes, el movimiento que recorrió 25.000 kilómetros por las tierras del interior de Brasil, entre los años 1925 a 1927. Traigo como objeto de estudio los recuerdos y representaciones dadas a los seguidores del campamento. Para tanto, busco de poner de relieve las constructos vehiculados en diferentes discursos sobre la presencia y la acción de las mujeres en esta marcha. En un esfuerzo de desnaturalización estuve, particularmente, atenta a las evidencias que me permitieron cuestionar lo que se presentaba como un dato natural sobre la actuación y significación de las mujeres en los movimientos armados. Hablar de sobre estas mujeres implica producir otros puntos de vista/ lecturas del mundo social, desenganchadas de la perspectiva sexista naturalizada como estándar y presente en la producción del conocimiento histórico. Por lo tanto, busqué también escribir una parte de la historia que los libros no nos contaron.

Palabras clave: Columna Prestes; Memoria; Representaciones; Seguidores del campamento.

O movimento da Coluna Prestes, liderado por Luís Carlos Prestes percorreu, no período de 1925 a 1927, 14 estados brasileiros até o exílio dos combatentes na Bolívia. Para Anita Leocádia Prestes (1991, p.393-394), esse movimento não deve ser entendido como militarista, já que visava objetivos políticos e sociais, de proporção nacional. Ele atingiu vários setores da sociedade brasileira, inclusive da classe operária das cidades, assim como da opinião pública, por meio da imprensa oposicionista e do Congresso Nacional. Com características populares e algumas peculiaridades, ele se distinguiu dos demais movimentos tenentistas, já que o movimento da Coluna Prestes tinha como objetivo mudar a política do país. Seguindo as tropas, as mulheres passaram por privações de toda ordem, combateram, foram presas, mortas e dividiram tarefas com os companheiros de Coluna.

Assim, reúno nesse texto, algumas narrativas historiográficas sobre a marcha da Coluna Prestes e questiono o regime de verdade que circula nos discursos sobre movimentos armados e revoluções. Para Foucault (1979, p. 12), “a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. Esse regime de verdade aponta que mulheres não estão no movimento, por ser um espaço que elas não frequentavam. Reservado a elas estava o espaço dos seus lares, domínio feminino, despolitizado e, portanto, distanciado do poder e da política. Há uma política de esquecimento sobre a presença das mulheres no espaço das guerras.

Fragmentos do registro das experiências das vivandeiras chegaram-nos pelas imagens de mulheres fora dos padrões estabelecidos. Em relação ao termo vivandeira, ele foi empregado e objeto de registro do relato da experiência da Coluna. Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna Prestes, faz uso da palavra vivandeira para justificar a presença das mulheres no movimento.

A Enciclopédia Larousse (1982, p. 884) traz o significado do termo vivandeira como: “pessoa que negocia víveres nas feiras, nos arraiais ou acampamentos militares (usa-se especialmente para designar mulheres que acompanhavam, com essa finalidade tropas em marcha)”. Percebe-se que como mulheres elas não podiam integrar uma marcha armada, mas, como “vivandeiras” elas seriam aceitas, em razão de uma tradição das tropas em combates. Designado para escrever o diário da marcha da Coluna Prestes, Lourenço Moreira Lima foi o responsável por incluir e excluir o que devia e o que não devia ser dito, no sentido de construir uma narrativa oficial e legal sobre a experiência da Coluna, depositária da memória do evento.

Investigar a presença das mulheres que participaram do movimento da Coluna Prestes implica buscá-las essencialmente nos discursos masculinos materializados em registros de memorialistas da historiografia, ex-combatentes e por meio da mídia impressa. Durante a pesquisa, consegui apenas o depoimento de uma mulher, Elza Schmidk. Nesse depoimento, ela ressaltou impressões sobre sua presença e das demais mulheres e companheiros de luta.

Tratar dos registros memorialistas implica pensar a construção da memória, pois conforme assinala Michel Pollak (1992, p. 09), a memória coletiva se operacionaliza a partir da organização “dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer *salvaguardar*”.

Tais acontecimentos são referências sobre o passado que, segundo Maurice Halbwachs (2006), se efetiva pela memória coletiva, envolvida pelas memórias individuais, mas não se limita a elas, já que a memória emerge em função de um grupo que a ela se dedica, sendo tão plural quanto plural seja a sociedade em sua configuração sociocultural e política. Dessa forma, a memória constrói, reconstrói e atualiza os discursos de acordo com os interesses do passado, do presente e do futuro. Assim, a memória não pode jamais ser entendida como um processo limitado de lembrar fatos ou acontecimentos.

A análise da produção discursiva sobre a ação das mulheres na marcha da Coluna Prestes revela sua atuação nos movimentos políticos da década de 1920, conhecidos como “tenentistas”. Muitas mulheres foram interpeladas pelo projeto de “salvação nacional”, defendidos pelos tenentes do Exército naquele momento. Nesse movimento, em que se propunha, se preciso fosse, recorrer “às forças das armas para estabelecer o legítimo poder civil” (PRESTES, 1991, p. 94), muitas mulheres se engajaram, em efetiva ação que confronta o silêncio historiográfico construído sobre a presença no cenário da época.

Trata-se de presença e atuação efetivas e relevantes na luta armada empreendida pelo movimento da Coluna Prestes, reduzido muitas vezes, a um confronto entre militares descontentes e o governo federal. Segundo Anita Leocádia Prestes, “nenhum dos líderes do movimento tenentista possuía uma formação sólida no terreno das ciências sociais” (1991, p. 94), no entanto, a luta empreendida tinha em vista combater a corrupção e as desigualdades sociais. A revolta foi deflagrada em desagravo ao Exército pelas ofensas que lhe tinham sido feitas por Artur Bernardes.

Faz-se importante ressaltar que a década de 1920 foi palco de vários acontecimentos que marcaram a história do país, dentre eles, destaque: as manifestações culturais, como a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo; o aceleramento do desenvolvimento urbano-industrial da região sudeste; as greves operárias; a fundação do Partido Comunista; os movimentos político/militares, como o “Levante do Forte de Copacabana” (1922); a Rebelião de 1924 em São Paulo e demais levantes que ficaram conhecidos como Tenentismo e todos eles tiveram ações efetivas de mulheres. (CARVALHO, 2001, p. 19)

O clima de oposição entre os setores do Exército e o governo de Artur Bernardes ocorreu com apoio da sociedade civil, visibilizando a realização da marcha. Essa aliança foi importante, pois revelava que parte da população civil também estava descontente com a política elitista e excludente em relação às massas populares, inclusive as camadas médias urbanas. Organizada, a Coluna Prestes foi mais que uma marcha. Foi um movimento de contestação à ordem oligárquica que marcou a década de 1920 e suscitou a mobilização de trabalhadores civis, homens e mulheres, a favor da luta por causas que, se muitas vezes desconheciam, intuíaam ser importante defender. As aproximadamente cinquenta mulheres que aderiram ao movimento da Coluna Prestes provinham, em sua maioria, do contingente das camadas populares, segmentos da sociedade interpelados pelo programa reformista dos tenentes.

Ressalta-se que a incorporação das mulheres à marcha da Coluna Prestes se fez em desobediência ao comando superior, transgredindo as regras estabelecidas pelos seus

comandantes e a proibição de as mulheres acompanharem as tropas em combates. Essa situação foi, porém, oficialmente reconhecida por ocasião do deslocamento das forças do Rio Grande do Sul para o Paraná. Nessa atividade, o comandante das tropas, capitão Luís Carlos Prestes tomou conhecimento da presença de um grupo de mulheres na travessia do Rio Uruguai. Esse fato intrigou o comandante, apesar da proibição, aproximadamente, mais de vinte mulheres incorporadas à Coluna quando essa esteve nas cidades de São Luís Gonzaga e Santo Ângelo (RS), teimavam em acompanhar os combatentes em marcha pelo interior do país. No diário da marcha, o secretário da Coluna relata o episódio:

Na passagem do Rio Uruguai, Prestes proibiu que elas prosseguissem, mas na manhã seguinte, quando a Coluna se pôs em marcha, ele viu, com espanto, que o belo sexo transpusera o rio e já estava montada. Como eram raparigas do Rio Grande, Prestes teve pena de larga-las naqueles sertões desertos e deixou que continuassem a viagem. (MOREIRA LIMA, 1979, p. 130)

Anos mais tarde, em depoimento à sua filha Anita Leocádia Prestes, o ex-comandante, Luís Carlos Prestes reafirma a presença desse grupo de mulheres engajadas na Coluna. Não se refere a elas, todavia, como “vivandeiras”, mas como mulheres de “origem humilde” e que, por vezes, combateram ao lado de seus companheiros com “desprendimento, heroísmo e dedicação”:

Os acampamentos da tropa revolucionária distribuída em torno de São Luís Gonzaga [...] eram uma atração para muitas mulheres, moradoras da região, todas de origem humilde, que em muitos casos se tornariam companheiras dos soldados e viriam a segui-los [...]. ao todo no Rio Grande, incorporou-se à Coluna umas 20 mulheres – que, por vezes, chegaram a combater como soldados, revelando grande desprendimento, heroísmo e dedicação. (PRESTES, 1991, p. 139)

Ao explicitar sua explicação sobre a presença das mulheres na marcha, Prestes retira-lhe o viés político do engajamento, reservado apenas aos homens que nela incorporaram. Seu discurso expressa as condições de produção, o lugar de fala do autor: trata-se de um capitão do Exército, cujo discurso é formado pelos valores da corporação e também da sociedade patriarcal que abriga tal corporação.

Nesse sentido, Luís Carlos Prestes reafirma a construção hierarquizada dos papéis sexuais, segundo a qual às mulheres não se concebe nem consciência nem mobilização política e pública, e sim doméstica e privada. Assim, a presença delas na Coluna justificava-se por um antigo costumes de as mulheres acompanharem as tropas, não obstante a proibição e, sobretudo, pela atuação que o sexo oposto exercia sobre elas. Tudo dentro da ordem patriarcal, e segundo seus códigos morais, sexuais e de gênero.

Com efeito, tal como o/as depoimentos/memórias de Prestes, outros discursos construídos sobre a Coluna apontam para a convenção de sexo/gênero, classe e raça, presidindo as normas que decretam o certo e o errado, o normal e o desviante, o permitido e o proibido. Enfim, são as marcas das representações sociais, forjadoras de significações que orientam o modo de pensar e de agir. Nesse sistema binário, o gênero é definido pelo sexo

e é por ele restrito: os homens, o sexo masculino; e as mulheres, sexo feminino possuem suas identidades e seus papéis sociais já pré-definidos a partir da diferença biológica de seus corpos (BUTLER, 2003, p. 24).

Os discursos sobre as mulheres que aturam na marcha da Coluna Prestes estão posicionados sob uma lógica cristã, heterossexual, androcêntrica e patriarcal. Discursos que estabeleceram “regimes de verdades” em conformidade com os padrões reconhecíveis, em que o sexo biológico é tido como essencialmente binário – masculino e feminino.

Dentre as vivandeiras citadas, algumas ganharam destaque entre os memorialistas e companheiros de marcha, embora não se possa deixar de destacar que a presença de todas elas foi relevante para o desempenho da luta armada.

Á austríaca Hermínia, uma enfermeira diplomada foi conferida muito destaque, sua atuação foi mencionada em vários depoimentos. Ela incorporou ao movimento ainda na cidade de São Paulo, por ocasião da Rebelião de 5 de Julho de 1924. Pelo registro fotográfico, foi capturada no acampamento na Bolívia, juntamente com um grupo de rebeldes que se recuperavam de doenças contraídas durante a campanha, isso evidencia sua presença em toda luta armada.

Hermínia nos acompanhou desde São Paulo até a Bolívia, era valente e devotada, retirando feridos muitas vezes das linhas de fogo [...], era extremamente brava e de uma grande capacidade de trabalho. Marchava a pé durante muitos dias, potreava e laçava como um gaúcho (MOREIRA LIMA, 1979, p.132).

Nessa citação, o autor ressalta os feitos de Hermínia e sua capacidade de trabalho, sua valentia, bravura e resistência física. Para o secretário da Coluna, a loira Hermínia era uma mulher extremamente “brava, valente e devotada”, pois mesmo nos momentos mais difíceis, não fugia diante dos perigos. Ao contrário, durante os combates, ela cruzava as linhas de fogo para atender e retirar os soldados feridos. Ela chefiava o “corpo de saúde” da Coluna, juntamente com outro enfermeiro.

Para Moreira Lima (1979, p.131), “a alma simples e ingênua dessas mulheres do povo é feita de sacrifícios e de martírios pelos entes a quem se dedicam. É essa alma que se faz as vivandeiras”. Ao revelar os feitos dessas mulheres, o autor explicita os traços constitutivos de suas “almas simples e ingênuas”, traços que explicitam resistência, dedicação aos companheiros, sofrimentos, sacrifícios e renúncia. Essa visão mostra a representação construída sobre a vivandeira, o autor veicula o modelo de vivandeira, imagem-síntese de mulher, em operação que engendra, na ordem patriarcal, aquilo que delas poderia transbordar com a presença das mulheres nos campos de combate, lugar definido como domínio exclusivo masculino.

A resistência física, a coragem e a bravura dessas mulheres desestabilizam o discurso fundado na teoria da fragilidade biológica. Essas qualidades são contidas graças a atributos outros, reconhecidamente femininos, como sacrifício, dedicação, ingenuidade e renúncia. Essa força potencialmente desestabilizadora destaca a ação das vivandeiras nas marchas e contramarchas: andam a pé ou montadas a cavalo e percorrem aproximadamente 25 mil km junto com os rebeldes. Elas são descritas atravessando rios, andando descalças, maltrapilhas. Era comum carregarem armas, algumas deram à luz a crianças em momentos de combates e

percorrem os rincões do Brasil com recém-nascidos, passando por toda sorte de privações e necessidades.

Nos discursos de Luís Carlos Prestes e de outros memorialistas sobre a atuação que as tropas acompanhadas exerciam sobre as mulheres, evidencia-se a operacionalidade do “dispositivo da sexualidade” (FOUCAULT, 1993) aqui referida para explicitar o sentido da construção de corpos sexuados, já que centrou no sexo e na sexualidade o eixo da vida social, a razão de ser e de existir das mulheres (e dos homens).

Ainda é possível perceber o “dispositivo amoroso” operando na narrativa de Lourenço Moreira Lima (1979), quando ele relata que Hermínia “alcançou o seu ideal na Coluna: arranjou um noivo da cor de Otelo, o bravo tenente Firmino, a quem se associou em La Gaiba [...], certamente irão gozar as delícias do himeneu”. O autor descarta a possibilidade da escolha de Hermínia de participar do movimento rebelde. Essa escolha política é reduzida a uma escolha biologicamente dada pelo discurso misógino que se traduzia apenas pelo corpo sexuado. Como salienta a autora Tânia Navarro-Swain:

O amor está para as mulheres como o sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário. O dispositivo amoroso investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem. (NAVARRO-SWAIN, 2006, p. 14)

O capitão gaúcho, João Silva, ex-integrante da Coluna Prestes, também investe nesse “dispositivo”, ao referir-se à ação das mulheres na Coluna. Ele apresenta as mulheres na marcha na imagem da “vivandeira-mãe” do imaginário social, no qual o amor dos outros é o seu fundamento identitário. Assim, como o relato do capitão:

Víamos as nossas queridas vivandeiros lado a lado dos seus companheiros, prestando relevantes serviços aos destacamentos. Detonadas gaúchas que nos hospitais de sangue estavam atendendo nossos feridos, os moribundos e amortalhando os que faleciam, ajudando a sepultá-los. Quantas e quantas dessas heroicas e queridas vivandeiros, qual anjos junto a um moribundo, rezavam, enxugavam lágrimas e molhava os lábios sequiosos do homem em febre e gemendo nos últimos estertores da morte! Quantas e quantas vivandeiros iam às linhas de fogo e de lá traziam os feridos para a retaguarda, rasgavam as suas vestes e faziam ataduras. Essas gaúchas saíram de um meio espúrio, mas tornaram-se almas mães, conscientes, representando as mães, irmãs e filhas de todos os homens que acompanhavam as duas colunas. (SILVA, 1959, p. 76)

A narrativa acima investe na imagem da mulher que vive em função dos outros, daí a descrição das vivandeiros que se compadeciam com o sofrimento dos soldados feridos. Embora combatentes, elas foram descritas nesse discurso a partir de um sentimento “nato”, “puro”, numa “vocação natural” de ser mãe, irmãs e filhas de todos os homens. São enquadradas no rol da

Maternidade como um traço distintivo do feminino [...], linha divisória que encontra na reprodução que define a mulher de maneira ambígua, exaltada e marcada ao mesmo tempo na maternidade [...]. Exaltada na tarefa “divina” de dar à luz aos seres humanos, mas

ao preço de se ver atrelada e definida por essa função. (NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 52, grifo do autor)

Os sentidos atribuídos às mulheres são diretamente ligados à maternidade, como também é revelado o sentido da abnegação, do sacrifício e da renúncia. Esses discursos são reveladores de como o campo da guerra foi definido de domínio masculino. As mulheres, quando dele participaram, foram reconhecidas por sua atuação desde que na condição de enfermeira e almas-mães, isso é, de devotamento aos companheiros feridos ou não. Considerá-las como aguerridas combatentes seria ameaçar a divisão sexuada dos papéis sociais. Assim, elas foram submetidas à assimetria nas relações entre mulheres e homens nos campos de luta e na sociedade. Foi sob essa lógica hierarquizadora e desigual que os homens registraram a presença das mulheres nos palcos da guerra.

Foi na condição de “vivandeiras-prostitutas” que se redimiram, pelo devotamento e sacrifício, e que os memorialistas registraram a ação dessas mulheres no movimento armado. Isso pode ser visto no depoimento do capitão João Silva (1979, p. 76), ao afirmar que elas “saíram de um meio espúrio”, mas, na Coluna, tornaram-se anjos, guardiãs incansáveis dos companheiros.

Outros depoimentos como o do capitão Landucci, ajudante de ordens de Luís Carlos Prestes, refere-se à presença das vivandeiras na Coluna de forma elogiosa, mas, implicitamente, ressalta a inferioridade do “sexo frágil”.

Quem diria que mulheres pudessem suportar as fadigas daquela campanha, quando a virilidade do homem às vezes fraquejava? A história narra fatos notáveis a respeito das vivandeiras e nós também queremos render-lhes justa homenagem. A enfermeira Hermínia era valente e dedicada, socorrendo os feridos em linha de fogo. No combate de Terezina chegou às trincheiras e ali tratou os feridos. No combate de Anápolis foi em busca das secções que marchavam no centro da Coluna para que corressem ao campo de ação. Era extremamente brava, potreava e laçava como um gaúcho. (LANDUCCI, 1952, p. 167-170)

Para o capitão Landucci, o espaço das guerras pertencia aos homens viris, mas justifica que mencionar mulheres em suas memórias é uma forma de prestar “homenagem” pela impensada e extraordinária dedicação delas na prestação de serviços, já que essas mulheres revelaram-se além do que se esperavam delas. O discurso do capitão Landucci insiste em reafirmar as mulheres como pertencentes ao “sexo frágil”, criaturas indefesas que necessitavam do amparo masculino, ou pelo menos, de suas homenagens. Afinal, não se trata de mulheres comuns, e sim de heroínas, tal sua dedicação aos soldados e à causa da guerra e, como tais serviam de modelos para outras mulheres.

Ao colocar em dúvida a capacidade das mulheres em “suportar as fadigas da campanha”, o capitão Landucci elegeu a enfermeira Hermínia como enfermeira/vivandeira modelo. Nessa sua construção ele elege alguns requisitos dos discursos naturalizantes e misóginos da época: “extremamente brava, potreava e laçava como um gaúcho”. Atributos tidos como masculinos e femininos compõem essa personagem paradoxal, aprisionada a uma lógica binária fixa.

Em depoimento, Rubens Fortes, outro ex-combatente da Coluna Prestes, em entrevista ao CPDOC/FGV, afirma que em seu pelotão contava com um grupo de aproximadamente dez mulheres, que ele nomeia como “vivandeiras”, consoante aos demais registros. Segundo ele:

As vivandeiras eram mulheres que acompanhavam a Coluna [...]. Tinha Hermínia que era enfermeira. Essa mulher era muito engraçada, ela era mulher do tenente Firmino, um caboclo da força paulista, ela cuidava dos feridos, dava tônicos para os doentes que estavam deupaperados, ela dava até “saúde da mulher” para os fracos, não tinha nenhuma dúvida, era um tanto esquisito, dar “saúde da mulher” para um homem ferido. (CPDOC/FGV, 1983, áudio).

O relato mostra a criatividade da enfermeira Hermínia frente à falta de medicamentos adequados aos feridos, ela os medicava com o “tônico regulador do ciclo menstrual ‘saúde da mulher’, destinado particularmente à fêmea, fortificante para o ser frágil, com a cabeça nas nuvens”. (REVISTA NOSSO SÉCULO, 1982, p. 104). Assim, as propagandas da época apresentavam tal medicamento, representação na qual a mulher é sinônimo de doença. Mais interessante é que às vezes soldados feridos eram medicados e recuperavam a saúde usando apenas o referido regulador.

Outra mulher que teve presença incômoda foi a guerreira/enfermeira/mãe Elza Schimidk, pois se a enfermeira Hermínia foi lembrada como dedicada, engraçada e brava, Elza, outra enfermeira alemã, foi descrita pelo comandante João Alberto como uma “bonita loira” que teria comprometido o desempenho do 2º Destacamento da Coluna Prestes, no momento em que o major Lira buscou “assegurar todo conforto possível” a ela. O autor lamenta a perda do amigo e companheiro de marcha, nas divisas de Mato Grosso com a Bolívia, nas proximidades do exílio tão esperado, e culpa a presença de Elza com quem ele “vivia maritalmente” pelo comprometimento da atuação do militar nos combates:

Ao atravessar o Rio das Graças, foi o 2º Destacamento (o meu) surpreendido pela coluna de jagunços de Franklin de Albuquerque [...]. Restava apenas a travessia dos cargueiros e, entre eles, o Major Lira, que se conservou no porto ao lado de sua bagagem. Major Lira era um pernambucano bravo, de composição robusta, alto porte e bem humorado. [...] Prestava ótimos serviços, mas tinha sua eficiência reduzida pela presença, na Coluna, de Elza, alemãzinha loira e bonita com quem vivia maritalmente. O casal tinha um filhinho de três meses que nascera em plena marcha. [...] Lira procurava dar todo conforto possível a Elza. Tinha barraca, cama e panelas. Trazia sempre um cargueiro com bagagem, excessiva para a Coluna. Era hábito, na passagem de rios, fazer atravessar primeiro homens válido, feridos e a munição. Os cargueiros ficavam para depois. Lira ainda estava ocupado com sua bagagem, quando o adversário atacou. Foi o primeiro a cair, combatendo valentemente. (LINS DE BARROS, 1953, p. 173)

A referência se dá justamente para reforçar a crítica à presença de mulheres junto às tropas, compartilhada por muitos oficiais do comando. O uso de diminutivo “alemãzinha loira e bonita” não se deu por acaso.

No entanto, uma reportagem de primeira página publicada pelo *O Jornal* (1927, p. 06), com o título: “Conversando com as mulheres da Coluna Prestes” retrata a enfermeira Elza Schimidk,

em Cuiabá (MT), com o filho nos braços. Na ocasião o jornalista Luís Amaral lhe entrevista e ela relata a experiência de participar da Coluna. No depoimento, ela se autorepresenta como uma combatente e não como enfermeira/mãe/esposa.

Já a mulher de nome Alzira, combatente aguerrida se fez transgressora. Alzira foi captada pelas lentes do fotógrafo momentos após sua prisão em Uauá, no sertão da Bahia, toda fardada e portando armas. Sua imagem foi veiculada na primeira página do Jornal Diário de Notícias (18/03/1926), jornal de grande repercussão na capital Salvador sob o título: “Alzira, a ‘general’ rebelde é de gênio indomável”.

Outro jornal de grande circulação em Salvador, A Tarde, também apresenta a rebeldia de Alzira, a reportagem assim a retrata:

Chama-se Alzira, usa chapéu desabado, calças de montar, botas, cartucheira e maneja carabina como o mais aguerrido soldado. A prisão não abateu essa mulher varonil que se mostra rancorosa sempre que se refere às tropas fiéis à República. (Jornal A Tarde, 18/03/1926)

A reportagem acima mostra Alzira tal como os demais guerrilheiros rebeldes que acompanhavam a Coluna Prestes, Alzira é combatente que acompanhou a marcha vestida de uniforme, chapéu e armas. Alzira não foi retratada apenas como vivandeira que acompanha as tropas em marcha, mas sim como guerrilheira combatente, soldada.

Alzira continuou nas páginas dos jornais da época e, em outra reportagem do Jornal Diário de Notícias, de Salvador (25/03/1926), foi considerada “destemida amazona”, “general rebelde”, “mulher de gênio indomável”, “guerreira corajosa e outros. Tanto a imagem quanto os adjetivos a ela atribuídos desestabilizam os estereótipos das representações de mulher e do feminino na sociedade brasileira do período.

Outra mulher de nome Santa Rosa foi mencionada como presença indesejada, apesar das descrições da bravura dessa mulher. No relato de João Alberto Lins de Barros (1953), ele assim a menciona na sua narrativa:

Em meio a jornada, Santa Rosa teve um filho. Era mulher de um dos soldados do Destacamento de Cordeiro de Farias e acompanhou a Coluna juntamente com outras, desde a retirada do Rio Grande do Sul. Nas marchas longas, ela, já no fim da gravidez, ficava para a retaguarda e ia palmilhando resignada o caminho. Nas proximidades da cidade de Santa Luzia eu soube que Santa Rosa estava sentindo as dores. Com o adversário à vista, era-me impossível destacar homens para socorrê-la e guardá-la. Entretanto, constrangia-me abandoná-la naquela emergência. [...]. Fui vê-la. Santa Rosa, pálida com feições enérgicas, agarrava-se fortemente às costas de uma cadeira gemendo de dores. Era jovem de cor branca, feições regulares. Bem arrumada podia parecer bonita. Sua figura, mesmo assim maltratada, era respeitável naquele momento de angústia. Em torno dela, seu marido, uma curiosa da região e mais alguns soldados que faziam fogo, mergulhando uns trapos de pano numa panela de água quente. Esperei mais algumas horas, partindo finalmente [...], era mais fácil para Santa Rosa safar-se daquela situação com o pequeno grupo de voluntários que a acompanhava do que para o 2º Destacamento enfrentar um combate sério em má situação [...]. Não caminhamos muito [...] contou-me por fim, que cerca de trinta homens haviam regressado com o objetivo de escoltar Santa Rosa até o acampamento logo que ela se desembaraçasse. Logo ao amanhecer, chegou a nova do nascimento da filha de

Santa Rosa. Ao meio dia ela apareceu a cavalo, em montaria de amazona, com a criança nos braços. Recusava a padiola por não querer retardar a marcha. A rusticidade e bravura daquela mulher resistiram a tudo. Em poucos dias, trajada de homem, montava novamente a cavaleiro, confundindo-se, como antes, com o resto da tropa. (LINS DE BARROS, 1953, p. 118-1125)

Essa longa citação descreve como a mulher de nome Santa Rosa, que saía com os combatentes do Rio Grande do Sul, foi tratada na marcha, pelos seus comandantes e companheiros de luta. Uma parte deles tratou-a com solidariedade, haja vista que foi acompanhada por um grupo de voluntários. Quanto ao comandante, o abandono é justificado por razões de guerra, já que era impossível destacar homens para socorrê-la.

Mas é notável que alguns de seus companheiros não reconheciam Santa Rosa e demais mulheres que integravam a marcha armada como legítimas combatentes comprometidas com a causa. Enquanto colaboravam com serviços diversos eram reconhecidas pela dedicação e bravura e até elogiadas. Quando não correspondiam tais expectativas elas representavam um problema e deviam ser expulsas ou abandonadas.

Tivemos outras anônimas mulheres guerreiras/rebeldes que integraram a Coluna Prestes e apenas foram citadas por apelidos, dentre elas destacamos Tia Maria, “uma velha negra” que acompanhou a Coluna desde São Paulo e inicialmente prestava serviços como cozinheira no destacamento de Juarez Távora, mais tarde ela ficou conhecida como a “negra feiticeira da Coluna Prestes”. Ela era temida pelos soldados legalistas, pois era considerada como uma “terrível feiticeira”. A notícia espalhou-se pelo país afora, das cidades maiores aos vilarejos todos sabiam da fama da mulher negra feiticeira. Criou-se o mito da feiticeira que protegia a Coluna Prestes dos inimigos e fazia “trabalhos de magia” contra estes. (MOREIRA LIMA, 1979). Observa-se a representação dessa mulher atravessada por convenções de sexo/gênero, raça, religião e geração. Tia Maria é mulher madura, negra e feiticeira.

O temor dos poderes da “negra feiticeira” a fez padecer de uma morte com requinte de crueldade nas mãos dos inimigos. Assim, após o sangrento combate de 9 de fevereiro de 1928, na cidade de Piancó na Paraíba, alguns combatentes, dentre eles, Tia Maria, extraviaram-se da Coluna e foram presos e barbaramente assassinados. Tia Maria, “a negra feiticeira”, foi separada dos demais e levada para o cemitério para ser executada. Ali, ela era temida por seus supostos poderes mágicos de usar a força dos mortos para assegurar a vida dos combatentes. Por temerem seus poderes, ela foi torturada, sendo obrigada a cavar a própria cova, depois esfaqueada. Assim, encerrou-se a participação de Tia Maria, a feiticeira lendária, na marcha da Coluna Prestes. (BRAZIL; SCHUMAHER, 2000, p. 514-515).

A presença das mulheres na Coluna povoaram as memórias dos ex-combatentes. Uma delas foi a mulher apelidada de “Onça”; “uma espevitada mulata rio-grandense”, muito conhecida por ser exímia dançarina de maxixe que alegrava o acampamento nas noites enluaradas”. (MOREIRA LIMA, 1979, p.131). Essa mulata também foi reconhecida por fazer “uma ligação” em momento de combate. Tal habilidade possibilitou salvar uma pequena tropa de ser presa ou morta pelos inimigos. No entanto, essa vivandeira não tem sequer nome. Sua presença está associada ao nível de animal, uma onça.

Outra vivandeira, conhecida apenas por Albertina, foi citada por Lourenço Moreira Lima (1979, p. 300) como uma das mulheres mais bonitas da Coluna, “a mais linda delas”. Acompanhou a marcha desde o Rio Grande do Sul e teve uma morte violenta que ficou gravada na memória popular. Após o combate de Piancó (PB), ela ficou na cidade com a responsabilidade de cuidar do tenente Agenor Pereira de Sousa, gravemente ferido. Logo após a retirada da Coluna da localidade um grupo de soldados governistas invadiu o local, matou o ferido e seu irmão e tentou estuprar Albertina, “ela resistiu a concupiscência e foi degolada brutalmente”. (LIMA, 1979, p. 300).

Ainda temos a vivandeira denominada “Cara de Macaca”. Foi descrita pelo capitão Landucci (1952, p. 167-168) como uma mulher que se “vestia toda de couro e carregava fuzil; era desprovida de beleza física e amasiada de um soldado”. O apelido de antemão já coloca essa vivandeira no lugar em que a visão misógina dos combatentes associa as mulheres em condição de inferioridade, mulher feia que se vestia como um vaqueiro.

Assim, as descrições de mulheres bonitas e feias perpassam as narrativas sobre mulheres que tiveram sua existência marcada pelo “dispositivo da sexualidade”, tal como assinala Diva Muniz (2005, p. 76): “um processo de domesticação em que atributos e enunciados constitutivos do ‘modelo normativo de mulher’ são apropriados e ressemantizados”.

As mulheres combatentes tiveram suas participações marcadas pelo gênero e foram descritas dentro de padrões que preveem um ideal de sedução e de beleza, atributos que constroem corpos e subjetividades. Esses foram atributos dados à mulher apelidada de “Onça”, como também a Albertina, “Cara de Macaca” e tantas outras aqui mencionadas.

Das demais mulheres que integravam a Coluna, apenas alguns nomes e apelidos grotescos foram objeto de registro, talvez para dar uma nota pitoresca ao relato, mas não para conferir visibilidade histórica. Muitas mulheres tiveram seus nomes citados, mas suas ações foram veladas, entregues ao silêncio e ao esquecimento das memórias que registraram sobre o movimento da Coluna Prestes. A pesquisa trouxe à tona nomes totalmente silenciados. Integram essa relação: Isabel-Pisca-Pisca, Chiquinha, Anna Alice, Maria Emília, Tia Manoela Gorda, Ai Jesus, Etelvina, Cândida, Eufrázia, Ernestina, Emília Dias, Chuvinha, Xatuca, Ernestina, Lamparina, Gaúcha, Amália, Letícia, Maria Revoltosa e Ótima. Minimizadas por apelidos ou apenas por nomes sem sobrenome, essas mulheres que participaram do movimento da Coluna Prestes foram apagadas da memória e da história. Suas experiências ficaram reduzidas a uma só, submetidas que foram a uma expressão genérica, a uma representação atravessada pelo viés desclassificador: vivandeiras.

Não se pode deixar de assinalar que, contrariamente a tal generalização e silêncio, foram múltiplas as experiências configuradoras das subjetividades femininas, desses sujeitos-mulheres, inclusive a de ter atuado na Coluna Prestes, ter lutado lado-a-lado com os companheiros de tropa. Tais mulheres foram também vivandeiras, escolheram integrar à luta, acompanhar a marcha armada, em visível atitude de rebeldia e resistência às prescrições sociais de seu tempo.

Se uma “política do esquecimento” buscou apagar a presença das mulheres dos campos da guerra, sem dúvida, porém, o ruído por elas provocado comprometeu tal propósito, haja vista que elas surgem elogiadas e criticadas nos registros produzidos sobre tais eventos. A

presença e atuação dessas mulheres desestabilizam certezas sobre os papéis sociais, fundados na biologia, no determinismo biológico. As múltiplas e controvertidas ações empreendidas por elas advertem contra as generalizações da falsa universalidade do poder patriarcal sobre as mulheres, pois elas escapam desse poder.

Enfim, os registros jornalísticos, historiográficos e dos memorialistas não dão conta da diversidade da atuação delas na Coluna Prestes. São versões delas. Isso me autoriza a também fazer a minha leitura no sentido de que as mulheres tiveram papéis tão importantes como o dos combatentes mais destacados. Falo de mulheres livres, corajosas, donas de si, apaixonadas pela causa ou por alguém. Mulheres que viveram verdadeiramente a vida.

Referências

BRAZIL, Érico; SCHUMAHER, Schuma (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil**. São Paulo: Jorge Zahar, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Meire. **Vivendo a verdadeira vida: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combates**. Brasília: UnB, 2008 (Tese de Doutorado).

_____. **A invenção das vivandeiras: mulheres na marcha da Coluna Prestes – a trajetória silenciada**. Goiânia: UFG, 2001. (Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LANDUCCI, Ítalo. **Cenas e episódios da revolução de 1924 e da Coluna Prestes**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1952.

LAROUSSE, Koogan. **Pequeno dicionário enciclopédico**. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1982.

LINS DE BARROS, João Alberto. **Memórias de um revolucionário**. 1ª Parte: A marcha da Coluna Prestes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

MOREIRA LIMA, Lourenço. **A Coluna Prestes, marchas e combates**. 3. ed. São Paulo: Alfa ômega, 1979.

MUNIZ, Diva do Couto; NAVARRO-SWAIN, T. **Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas**. Santa Catarina: Ed. Mulheres / Belo Horizonte: PUC, 2005.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. A desconstrução das evidências: perspectivas feministas e foucaultianas. In: ALVAREZ, M.C; MISKOLCI, R; SCAVONE (Org.). **O legado de Foucault**. São Paulo: UNESPE, 2006, p. 116-137.

_____. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: NAVARRO-SWAIN, T. (Org). **Textos de História**. Feminismos. Teorias e Perspectivas. Revista do Programa de Pós-Graduação em História (UnB). Brasília: UnB, v. 08, n.1/2, 2000.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**. n. 3, v. 2. Rio de Janeiro: Vértice, 1989. p. 03-15.

SILVA, João (capitão). **Farrapos de nossa história**: a marcha da Coluna Prestes do extremo sul às cabeceiras do Rio Apa. São Nicolau (RS), s/e, 1959.

FONTES IMPRESSAS:

O Jornal, Rio de Janeiro (1927), p. 06.

Jornal Diário de Notícia, Salvador (BA), 1926.

Jornal A Tarde, Salvador (BA), 1926.

Revista Nosso Século. Rio de Janeiro, 1982.

ARQUIVOS:

Arquivo da fundação Getúlio Vargas (RJ).

CEPEDOC/FGV(RJ) – Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação Contemporânea. Cópia de áudio, gravação transcrita.

*Recebido em 01 de março de 2015
Revisado em 07 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015*